

## **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2016/2017**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** MT000512/2016  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 03/08/2016  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR031860/2016  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46210.001586/2016-21  
**DATA DO PROTOCOLO:** 02/08/2016

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ n. 03.012.413/0001-84, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). REYNALDO DE MAGALHAES PASSOS;

E

CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL, CNPJ n. 00.809.350/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VERA LUCIA HONORIO DOS ANJOS ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES/AS DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO DE MATO GROSSO** , com abrangência territorial em **Cuiabá/MT**.

#### **Salários, Reajustes e Pagamento**

##### **Reajustes/Correções Salariais**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE DE SALÁRIOS**

O reajuste salarial concedido será o fixado no índice do INPC (9,49%) adicionado o ganho real de 2,51% para o período de vigência desse acordo coletivo.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAS/FOLGAS**

Fica acordado que as horas extras serão regimentadas em acordo específico no formato de banco de horas devidamente homologado pelo Sindicato da categoria.

-

O CRESS-MT concederá ponto facultativo o dia do Servidor Público (28/10) seguindo o calendário oficial do Governo do Estado de Mato Grosso.

### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

O CRESS/MT concederá a todas/os as/os trabalhadores o auxílio alimentação, no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), a ser concedido em forma de pecúnia, e mediante o desconto de 8% (oito por cento) sobre o valor do benefício.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O auxílio alimentação será concedido, mensalmente, até o 5º dia útil do mês anterior ao benefício.

Nos casos de admissão e de retorno ao trabalho do empregado, no curso do mês, o auxílio será devido proporcionalmente aos dias trabalhados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O auxílio, sob qualquer das formas previstas nesta cláusula, não terá natureza remuneratória.

### **Auxílio Saúde**

## **CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO SAÚDE**

O CRESS/MT concederá auxílio saúde, aos seus trabalhadores valor em pecúnia, conforme tabela de faixa etária abaixo:

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO DO CRESS 30%</b>
19 A 23	R\$ 54,13
24 a 28	R\$ 62,37
29 a 33	R\$ 84,16
34 a 38	R\$ 94,66
39 a 43	R\$ 103,17

44 a 48	R\$ 118,31
49 a 53	R\$ 126,52
54 a 58	R\$ 176,02
59 anos a cima	R\$ 262,28

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O referido auxílio saúde terá natureza indenizatória.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O reajuste do auxílio obedecerá ao índice da Agencia Nacional de Saúde – ANS, na ordem de 30% a partir da tabela em referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O trabalhador terá direito ao referido auxílio, mediante requerimento ao CRESS/MT e comprovação de pagamento a operadora a saúde, mensalmente, sendo o trabalhador dependente ou titular.

#### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

##### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

Após cada quinquênio de efetivo exercício de serviço, o trabalhador poderá requerer a suspensão do seu contrato de trabalho, sem a respectiva remuneração. O pedido de suspensão só será efetivado após aprovação junto ao Conselho, sendo que o prazo de contagem dos 5 (cinco) anos , inicia-se do retorno do trabalho após cada suspensão de contrato.

As suspensões de contratos deverão ocorrer em regime de revezamento entre os trabalhadores, de forma que, a suspensão se dê no contrato de trabalho de um trabalhador de cada vez, obedecendo à ordem de requerimento protocolado junto a Diretoria.

Exclusivamente na seguinte condição:

a) Participação de curso de capacitação profissional: às suas expensas, desde que o curso seja correlacionado com a área afim da atuação profissional ou com a área do Serviço Social. No prazo máximo de 2 (dois) anos.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

## **Outras estabilidades**

### **CLÁUSULA OITAVA - PCCR**

A Conclusão do PCCR será em outubro de 2016 e a implantação em janeiro de 2017.

## **Férias e Licenças**

### **Licença Maternidade**

### **CLÁUSULA NONA - LICENÇA MATERNIDADE**

O Conselho concederá para as trabalhadoras a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período de licença maternidade, além do período previsto no Regime Geral da Previdência Social em vigor. Totalizando 6 (seis) meses de licença-maternidade.

## **Outras disposições sobre férias e licenças**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - LICENÇA NOJO**

Sem prejuízo da remuneração, poderá o(a) trabalhador(a) ausentar-se do trabalho por 05 (cinco) dias consecutivos, em razão do falecimento do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, irmão, ou pessoa que em sua CTPS viva sob sua dependência econômica.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LICENÇA GALA**

O Conselho concederá licença gala de 05 (cinco) dias úteis consecutivos, contados da data do casamento.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - UNIFORMES**

O Conselho fornecerá, gratuitamente, aos/as trabalhadores/as, 03 (três) uniformes, no prazo de 12 (doze) meses, para utilização diária no ambiente de trabalho.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ENTRADA DE DIRETORES SINDICAIS NO LOCAL DE TRABALHO**

Sempre que ser fizer necessário, os representantes do SINDIFISC e/ou FENASERA - Federação Nacional dos Servidores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional terão livre acesso as dependências do CRESS-MT, com horário pré-estabelecido, por solicitação antecipada de 24 (vinte e quatro) horas, para reuniões.

#### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPENSA AO ASSOCIADO DO SINDICATO**

O trabalhador/a sindicalizado/a deverá solicitar ao Conselho dispensa/afastamento de suas atividades para sua participação, mediante convocação de cursos, seminários, congressos e etc., promovidos pelo SINDIFISC- MT e ou FENASERA, de acordo com a liberação do CRESS-MT. Deverá o CRESS ser comunicado, com antecedência de 15 (quinze) dias, para promover organização interna do Conselho.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MENSALIDADE SINDICAL**

As mensalidades associativas sindicais, devidas pelos (as) trabalhadores(as) ao SINDIFISC-MT, deverão ser descontadas pelo Conselho em folha de pagamento a crédito do Sindicato, mediante carta de autorização do empregado.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Os valores descontados dos empregados associados serão repassados ao Sindicato até o 5º dia útil do mês subsequente, acompanhando relação nominal dos empregados que sofrerem descontos.

### **Disposições Gerais**

## **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

Fica estabelecido o percentual de 2% (dois), conforme CTN, dos salários normativo de cada trabalhador/a cumulativamente, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no Acordo Coletivo de Trabalho, revertendo seu benefício em favor da parte prejudicada.

## **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E COMPETÊNCIA**

O SINDIFISC/MT é competente para propor em nome da categoria ação de cumprimento, em qualquer jurisdição, em relação às cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, conforme o disposto no Capítulo II, artigo 8º da Constituição Federal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISPOSIÇÃO GERAL**

A partir da vigência do presente Acordo Coletivo revogam-se os prazos e dispositivos contidos no Acordo Coletivo anterior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBSERVAÇÕES SOBRE A DATA BASE**

A data-base da categoria de 01º de maio fica alterada para 01 de janeiro, sendo que a negociação deverá ser realizada no prazo máximo até a data de 30 de Outubro, com a entrega da proposta, pelo Sindicato, até a data de 30 de setembro, sob pena de prorrogação da data-base até maio do ano subsequente.

**REYNALDO DE MAGALHAES PASSOS**

Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO  
EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

VERA LUCIA HONORIO DOS ANJOS  
Presidente  
CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DE APROVAÇÃO DO ACORDO COLETIVO**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.